

## PARA ALÉM DAS ESTRATÉGIAS ARISTOCRÁTICAS: EXPERIÊNCIAS SUBALTERNAS E POPULARES NAS CARTAS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO (430– 486 D.C.)

**Pedro Benedetti**

Doutor em História Social (USP)

Pesquisador vinculado ao SBEC e ao GSPPA

benedetti190@hotmail.com

### **Resumo**

A coletânea de cartas de Sidônio Apolinário (c. 430–486) constitui um corpus incontornável para compreender as transformações pelas quais as Gálias passaram à medida que o domínio romano recuava e outras entidades políticas tomavam seu lugar. As 147 cartas endereçadas a 117 indivíduos poderosos e influentes nos permitem conhecer as estratégias adotadas pela elite para manter seus privilégios sociais em um cenário político diferente daquele do século anterior. A troca epistolar fazia parte de uma série de obrigações que visavam a manutenção dos laços de amizade em um universo aristocrático, mas o cotidiano do qual irrompem essas mensagens era um campo permeado pelas vivências de outros grupos sociais, de tal forma que as experiências da não-elite, embora pouco exploradas pelos estudiosos, não poderiam estar ausentes do conteúdo dessas missivas. Neste estudo, buscaremos compreender, através da análise de casos particulares nas cartas de Sidônio, como grupos subalternos e populares experimentaram e lidaram com as transformações das Gálias no século V. Argumentaremos que novas oportunidades de agência lhes foram abertas, mas que sua situação vulnerável os deixou expostos a outras situações de violência e, ainda, que novas e mais rígidas formas de controle desses grupos foram colocadas em prática pela aristocracia.

**Palavras-chave:** Gália. Antiguidade tardia. Sidônio Apolinário. Cartas. Subalternos e populares.

### **Abstract**

Sidonius Apollinaris (c. 430–486) letter collection constitutes an essential corpus for understanding the transformations that Gaul underwent as Roman rule retreated and other political entities took its place. The 146 letters addressed to 117 powerful and influential individuals allow us to learn about the strategies adopted by the elite to maintain their social privileges in a political scenario that much differed from that of the previous century. The epistolary exchange was part of a series of obligations aimed at maintaining bonds of friendship in an aristocratic world, but the daily life from which these messages emerged was a field permeated by the experiences of other social groups in such a way that the experiences of the non-elite, although rarely approached by scholars, could not be absent from the content of these letters. In this study, we will seek to understand, through certain case analysis in Sidonius' letters, how subaltern and popular groups experienced and dealt with the transformations of 5<sup>th</sup> century Gaul. We argue that new opportunities for agency arose, but their vulnerable situation exposed them to other instances of violence, and new and more rigid forms of control over these groups were put in place by the aristocracy.

**Keywords:** Gaul. Late Antiquity. Sidonius Apollinaris. Letters. Subaltern and popular group

## Introdução

Há dois motivos importantes pelos quais a História Antiga é um campo de estudos particularmente suscetível a uma abordagem “de cima para baixo”. Primeiramente, a própria natureza das fontes escritas, produzidas nos círculos aristocráticos para o deleite e instrução de seus próprios membros, nos conduz a ver o Mundo Antigo pelos olhos dessa elite, com todos os seus preconceitos e viesamentos. Em segundo lugar, a ideia de que o gênero histórico consistia na narrativa da sucessão de feitos célebres de reis, imperadores e generais, de conquistas de povos e intrigas políticas palacianas, foi uma invenção da própria Antiguidade, cujos historiadores serviram de inspiração para os estudiosos que estabeleceram a história como disciplina acadêmica no alvorecer da época moderna (Magalhães de Oliveira e Courier, 2022, p. 2). Mais recentemente, iniciativas brasileiras e internacionais, como o Grupo de Pesquisas sobre Grupos Subalternos e Práticas Populares na Antiguidade (GSPPA/USP), têm proposto uma abordagem da História Antiga “a partir de baixo”, buscando compreender as experiências e possibilidades de agência dos grupos subalternos e populares na Antiguidade de modo a superar essas aparentes limitações.

Estudiosos interessados nessa temática na Antiguidade têm buscado superar as dificuldades de acessar o universo da não-elite reconhecendo as limitações e possibilidades dos diferentes tipos de fontes. No tocante à documentação literária, tem-se dado atenção especial à leitura crítica de sermões e cartas que, devido à sua natureza dialógica, trazem consigo informações valiosas e únicas sobre as tensões políticas e sociais, a circulação de pessoas, informações e boatos e o cotidiano nas regiões das quais emergem. Por conseguinte, graças à profusão desses tipos de textos a partir de meados do século IV, a Antiguidade Tardia passou a se destacar como um campo promissor para pesquisas envolvendo grupos subalternos e populares.

Em termos de produção epistolar, poucas regiões foram mais prolíficas do que as Gálias dos séculos V e VI. Temos ao menos 475 cartas escritas por 45 influentes personagens galorromanos sobreviveram do período entre 420 e 520 (Mathisen, 1981, p. 95). Esse fenômeno tem sua razão de ser nas transformações políticas e sociais que se seguiram à retirada do poder imperial das Gálias a partir da transferência da prefeitura pretoriana de Tréveris para Arles e a subsequente escolha do poder imperial em direcionar seus esforços na defesa dos territórios italianos, estabelecendo capitais *de facto* em Milão e Ravena. Como consequência disso, as elites galorromanas, que dependiam da patronagem imperial para a manutenção de sua posição privilegiada dentro da hierarquia social (Halsall, 2006, p. 48) e gozavam do acesso à carreira

administrativa, tiveram de voltar a exercer regionalmente seu poder (Sundwall, 1915, pp. 42–49).

Outro efeito desse processo foi a perda de unidade política e institucional das Gálias. A partir de 461, grandes porções dos territórios ocidentais passaram a ser controladas por caudilhos que passaram a agir de maneira independente do poder imperial e cujo domínio na prática tinha menos relação com seus cargos e títulos – cada vez mais nebulosos – e era mais fundado na personalização do poder militar (Wijnendaele, 2017). Figuras como o *comes* Paulo, Sigário e Egídio, Riotamo (MacGeorge, 2002, pp. 111–136) e mesmo Ecdício passaram a ter a sua disposição tropas romanas e federadas inclinadas a servi-los em troca do produto de pilhagens e pagamento mercenário, devido à crescente incapacidade do governo imperial em recolher impostos e custear os exércitos das províncias ocidentais (Elton, 1992, pp. 172–173).

Nesse período vemos também um processo de consolidação de reinos bárbaros – ou pós-romanos – que buscavam legitimar-se nas Gálias seja de maneira violenta, seja diplomática. Os godos instalados na Aquitânia passaram a expandir sua área de influência e a tomar partido nos assuntos imperiais na Itália, especialmente depois de 469 (Delaplace, 2015, pp. 251–6). O próprio Sidônio Apolinário participou da defesa de Clermont contra os avanços góticos até que o território foi cedido a Eurico por Nepos em 475 (Harries, 1994, pp. 222–242). Estabelecidos nos vales do Ródano e do Saône em algum momento de meados do século V, os burgúndios garantiram que a região continuasse sob jurisdição romana depois do casamento entre Gundóco e a irmã de Ricimero nos anos 450 (Wood, 2021). Ao norte, ao menos três reinos francos haviam se expandido para as antigas províncias da Bélgica e da Germânia e Childerico consolidava a presença franca na região de Paris e vale do Loire (Halsall, 2007, pp. 270; 303–310).

Esse cenário convoluto foi encarado pelos membros da aristocracia galorromana de maneiras distintas. Alguns, como Namácio e Leão, colocaram-se a serviço dos reis como chefes militares ou conselheiros legais. Outros, como Sidônio, Rurício e Fausto, optaram pela carreira eclesiástica e tornaram-se bispos de suas respectivas cidades (Mathisen, 2020). Por certo, o isolamento dessas figuras devido à fragmentação política das Gálias dificultou a manutenção dos laços de amizade que haviam se tornado tão característicos da vida aristocrática galorromana e mantinham essa elite coesa como classe social no período imperial (Hanaghan, 2019, pp. 8; 25 e n. 35). A prática epistolar foi a solução encontrada para superar esses obstáculos. Através dela, esses indivíduos recomendavam uns aos outros, davam notícias de seu cotidiano, exercitavam e demonstravam suas habilidades literárias, demandavam favores ou informações e criavam, assim, oásis de “romanidade” nos quais possibilitavam reconhecer-se mutuamente, ainda que, por vezes, sem nunca se encontrarem pessoalmente (Mratschek,

2017, p. 309). Essa intensa atividade epistolar foi amplamente explorada pelos historiadores que procuraram compreender as estratégias de sobrevivência – como classe social – da aristocracia galorromana em um período de transição (Mathisen, 1993). Nota-se, contudo, a falta de estudos que lidam com o universo social da não-elite presente nessa mesma documentação. Dessa feita, o presente trabalho visa compreender como grupos subalternos e populares experimentaram e lidaram com as transformações das Gálias no século V através da análise de alguns casos que encontramos nas cartas de Sidônio Apolinário (fl. ca. 430–486), o mais prolífico epistológrafo nesse contexto.

Seu corpus é composto de 146 cartas pessoais e oficiais – mais uma recebida de Mamerto – endereçadas a 117 influentes personagens das Gálias do século V. Como notou Geneviève Haroche-Bouzinac (2016, p. 25), cartas são documentos que transitam em caminhos individuais e coletivos, de forma a testemunhar tanto trajetórias pessoais quanto dinâmicas sociais. Mas esses “vestígios de histórias em migalhas” não nos entregam o passado tal qual teria acontecido. Afinal, a carta não é um documento acidental, produzido em total sinceridade, sem intencionalidades ou dissimulações, mas uma encenação de si na qual o autor desempenha o papel que se espera em seu contexto social. Isso é especialmente verdadeiro no caso de Sidônio, que ainda editou suas cartas, organizou-as tematicamente em nove tomos e fez com que circulassem em diferentes etapas de sua compilação (Mratschek, 2017, pp. 309–311). O propósito de Sidônio com a publicação era certamente o de mostrar suas habilidades literárias, sua carreira excepcional como prefeito de Roma em 468 e suas atividades como bispo de Clermont entre 469 e 485, além de justificar suas ações políticas, como a oposição a Seronato, acusado de colaborar com os godos, o apoio velado a Arvando, levado a julgamento em Roma por alta traição em 468, e ao candidato imperial Epárquio Avito, seu sogro.<sup>1</sup>

Essa constatação não significa, contudo, que a escolha cuidadosa das cartas, a escolha de Plínio como modelo epistolar (Gibson, 2013) e seu “embelezamento” posterior tenham tornado falsas as informações nelas contidas ou apagado de seu conteúdo a presença subalterna e popular. Afinal, essas cartas eram missivas e foram efetivamente enviadas e lidas. Elas continuaram sendo, portanto, mensagens que irrompem no cotidiano, como uma “conversa com um ausente”, e nos permitem enxergar a confluência de diferentes experiências sociais nesse campo (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 11). Assim, embora todos os destinatários das cartas de Sidônio fossem membros da aristocracia, as situações relatadas por ele envolviam

---

<sup>1</sup> Os silêncios de Sidônio – intencionais ou não – revelam muito sobre suas motivações e atitudes em vários desses casos, mas dificultam o estabelecimento de marcos biográficos precisos (van Waarden, 2020). Para o início de seu episcopado, seguimos a datação evocada em Mathisen, 2013, p. 224.

frequentemente pessoas que não faziam parte dessa elite e vivenciavam essas transformações das Gálias do século V de maneira muito diferente.

### **Liberdade de movimento e violência**

Em diversas ocasiões, Sidônio (*Ep.* 4, 2, 1; 4, 2; 5, 12, 1) reclamou com seus correspondentes que se encontrava impossibilitado de vê-los pessoalmente em razão das disputas que ocorriam em sua região. De fato, a manifestação da vontade de encontrar o destinatário é um lugar-comum na escrita epistolar da Antiguidade Tardia (Amherdt, 2001, p. 98). Entretanto, o bispo de Clermont demonstra ter plena consciência de que tal impedimento se deve principalmente ao seu estatuto social quando, por exemplo, recomenda a seu primo Apolinário que adie seus planos de peregrinação no inverno de 471/472 para não colocar em risco sua família (*Sid. Apol. Ep.* 4, 6, 3). Afinal, um refém ilustre pode se tornar um importante trunfo em uma eventual negociação, como havia sido Teodoro, parente de Epárquio Avito, sob o poder dos godos em 425/426 (*Sid. Apol. Carm.* 7, 215–220). Diante disso, a rede de comunicação pela qual Sidônio mantém suas amizades só podia ser mantida porque indivíduos que não eram tão visados quanto os aristocratas tinham certa liberdade de movimentação entre os territórios dominados por diferentes grupos. Sidônio (*Ep.* 4, 7, 3) demonstra também estar ciente dessa dependência, pois, ao queixar-se para Simplício que os mensageiros de posição social mais baixa eram “muitas vezes pessoas desprezíveis (*saepe personae despicabiles*)”, pondera que os deveres de amizade não mais seriam possíveis se eles se abstivessem de enviar cartas “por causa da baixaza dos portadores (*portitorum vilitate*)”.

Embora grande parte dos mensageiros de Sidônio não nos sejam conhecidos, não surpreende que, dos 27 que temos notícia, quatro eram decuriões, um *clericalis*, 18 plebeus, um liberto e dois escravos. Mais da metade desses não é nomeada e oito cumpriam funções clericais (dois padres, dois diáconos, dois leitores e dois ocupantes de cargos não especificados). Três dos mensageiros são os únicos judeus mencionados na obra de Sidônio: Gozolas, Prômoto e um anônimo (Mathisen, 2020: 67). Faustino, o único aristocrata do porte de Sidônio, levou apenas duas cartas (4, 4; 6) de Clermont até Vaison para seus primos Simplício e Apolinário em 471–472. Na época, essa rota ainda era relativamente segura para membros da elite (Amherdt, 2001, pp. 167–208).

Porém, o funcionamento da rede de comunicação de Sidônio por causa da maior liberdade de movimento da qual gozavam indivíduos menos ilustres não deve escamotear o fato de que a competição entre os novos poderes políticos impactou a circulação cotidiana dessas

pessoas de outras formas. Em algum momento entre 471 e 473<sup>2</sup>, um grupo de viajantes buscou a ajuda de Sidônio para a reparação de uma injustiça. Em uma emboscada dos *Vargi* – nome dos bandoleiros de sua região – um homem foi morto e uma mulher capturada. Anos depois, segundo o próprio Sidônio (*Ep.* 6, 4), a desafortunada (*laboriosa*) foi vendida abertamente (*palam sane venumdata*) e morreu em uma casa sob a custódia do agente do bispo (*negotiator noster*), antes da chegada de seus familiares. Curiosamente, os viajantes não buscavam reparação por parte de Sidônio ou vingança contra seu negociante, mas abrir um processo criminal (*negotium criminale*) contra certo Prudente, que tinha a função de garantir a idoneidade da transação (*adstipulator*). Dado que Prudente havia se mudado para Troyes, Sidônio escreveu a carta para o bispo da cidade, Lupo, e confiou-a aos viajantes para lhe pedirem que arbitrasse a questão.

Se Prudente agiu de boa-fé, como dá a entender Sidônio, a impossibilidade de verificar o estatuto livre ou a origem da mulher vendida como escrava mesmo anos depois de sua aquisição atesta para os empecilhos colocados pela falta de coesão das instituições burocráticas do período. Isso se reflete também na dificuldade de seus familiares em localizá-la, posto que conheceram seu paradeiro apenas depois do ocorrido. Porém, tendo em vista que não foram os próprios *Vargi* quem trataram com o negociante de Sidônio, mas homens que lhe eram desconhecidos (*ignoti nobis homines*), outra possibilidade é a existência de uma rede de indivíduos que se aproveitavam desse cenário e da atividade de grupos de fora-da-lei para lucrar com a captura e venda de indivíduos em situação de vulnerabilidade (Harries, 1994, p. 210). Vale lembrar que, embora não possamos quantificar o uso de mão-de-obra escrava, há indícios de que o comércio de escravos continuou a ser uma atividade bastante lucrativa nas Gálias dos séculos V e VI (Samson, 1992). Nesse esquema, Prudente pode ter sido o encarregado de conferir um verniz de autenticidade para a transação, circulando entre diferentes cidades para dificultar sua responsabilização legal sobre negociações duvidosas concretizadas em outra região. A própria carta é testemunho dessa dificuldade, pois os familiares da mulher capturada não tiveram outra opção senão recorrer à influência de Sidônio junto a Lupo, com quem mantinha uma amizade antiga (*vetusta necessitudo*), ao invés do sistema legal tradicional.

---

<sup>2</sup> Poucas cartas de Sidônio foram escritas no contexto de eventos precisamente datados. Disso resulta que os estudiosos usam métodos indiretos para datá-las aproximadamente, o que pode resultar em algumas discrepâncias (Mathisen, 2013). Usaremos, via de regra, as datações propostas por André Loyen para sua edição da obra de Sidônio para a Belles Lettres.

### Agência e efetividade jurídica

Esse mesmo cenário de colapso do sistema legal decorrente da fragmentação política, por outro lado, pode ter beneficiado outros grupos sociais. No início de 470, Sidônio (*Ep.* 3, 9)<sup>3</sup> trouxe à atenção de Riotamo um caso em que um senhor “reclama que seus escravos foram levados às escondidas por bretões que os seduziram (*mancipia sua Britannis clam sollicitantibus abducta deplorat*).” Riotamo intitulado “rei dos bretões” por Jordanes (*Get.* 45, 238), passou a exercer seu domínio na Armorica com uma força trazida da Britânia no final dos anos 460, possivelmente fugindo das incursões saxãs nas ilhas, mas não parece ter desempenhado uma função oficial na administração romana. O caudilho havia concluído uma aliança com Antêmio e se colocou a serviço do Império em 468 para fazer frente à pressão gótica em direção ao norte na Auvérnia, estabelecendo para isso sua base de operações em Bourges. O revés veio na forma de uma derrota avassaladora em Déols, mas não antes de 471 (Delaplace, 2015, p. 280).

As palavras escolhidas por Sidônio para narrar o episódio não deixam dúvidas de que os escravos não foram raptados pelos seguidores do caudilho contra sua vontade, mas fugiram para se juntar às tropas de Riotamo. Afinal, a vida como membro de um grupo mercenário vitorioso pode lhes ter parecido melhor do que o mando do senhor. Esse não seria um caso isolado, mas representativo de um movimento que havia se tornado comum à medida em que novas forças político-militares entravam em cena. Aos escravos, sair da esfera de ação do aparato imperial romano possibilitava o vislumbre de uma vida fora da submissão ao senhor e menores chances de recaptura; às pessoas livres, mas de menor condição, a fuga dos pesados encargos do fisco romano (Giannotti, 2016, p. 195).

Se esse foi o caso, os fugitivos tiveram de ponderar os riscos de serem recapturados e resolveram colocar suas fichas na vitória de Riotamo. Nesse cálculo, a dificuldade com a qual o senhor se depararia para recuperá-los pelas vias jurídicas, dada a fragmentação da autoridade legal, certamente pesou na decisão em favor da fuga. A própria forma pela qual Sidônio se dirigiu ao caudilho e pediu que ele julgasse o caso confirma a expectativa dos fugitivos. Apesar de ele se referir aos escravos pelo seu termo jurídico (*mancipia*), Sidônio não exige judicialmente sua restituição. Pelo contrário, o bispo compõe uma carta em tom bastante exortativo e diplomático no qual emprega uma série de artifícios para apelar ao lado moral e

---

<sup>3</sup> André Loyen (2003, t. II, p. xv; p. 249) considera que Sidônio ainda não era bispo de Clermont em 470. Outros estudiosos (Mathisen, 2013, p. 222; Giannotti, 2016, p. 195) seguem sua opinião de que Riotamo já havia sido derrotado em Déols em 469, tendo se refugiado com o restante de seus seguidores junto aos burgúndios.

emocional do caudilho a fim de convencê-lo a ouvir a reclamação do senhor e mediar seu caso pela força de sua autoridade pessoal em meio aos seus seguidores.

Embora estivesse bem abaixo de Sidônio na escala social, o requerente – que portava ele mesmo a carta – detinha os meios necessários para comprar e manter escravos, sendo possivelmente um proprietário de terras nos entornos de Clermont (Birks, 2004, p. 88). Ainda assim, Sidônio o caracteriza como um sujeito “humilde, obscuro e mesmo desprezível (*humilis obscurus despiciabilisque etiam*)”, pintando ao final uma cena em que o “pobre viajante, abjeto e rústico (*abjectus rusticus, peregrinus pauper*)” tem de defender sua causa “em meio a homens armados, barulhentos e desordeiros (*inter argutos armatos tumultuosos*)”. O bispo faz questão de demonstrar que confia no julgamento de Riotamo, declarando que não sabe se a alegação tem algum fundamento, mas que já teve a oportunidade de ver (*inspicio*) como pesa sobre ele os sentimentos de honra (*pudor*) e modéstia (*verecundia*) necessários à ponderação “a partir do que é justo e bom (*ex aequo et bono*)”. Ao seu lado, o reclamante não mais contava com as instituições jurídicas, mas tão somente com a capacidade de convencimento de Sidônio e sua familiaridade<sup>4</sup> com o caudilho. Os fugitivos, por sua vez, eram adições bem-vindas aos contingentes de Riotamo, que poderia não querer renunciar a eles diante do iminente confronto com as forças de Eurico.

Apesar dessa falta de efetividade na aplicação da lei, o aparato jurídico romano ainda podia ser utilizado em outras ocasiões. Em outra carta a Lupo datada de 477 ou 478, Sidônio (*Ep.* 8, 11, 3) lhe enviou um poema que havia composto para anunciar sua chegada à casa de Lamprídio, professor de retórica em Bordeaux. Os versos têm mais do que o gosto nostálgico da época em que Sidônio podia pegar as estradas e navegar o Garona para visitar seu amigo. O tom é lutuoso, pois Sidônio (*Ep.* 8, 11, 11) relata com pesar que ele foi “atacado e estrangulado em casa pelas mãos de seus escravos (*domi pressus strangulatusque servorum manibus*)”. O estopim que os levou a assassinar Lamprídio não fica claro, mas, na descrição que Sidônio fez das qualidades de Lamprídio (*Ep.* 8, 11, 4), ele teve de usar uma referência horaciana, em uma passagem de difícil interpretação (Zoeter, 2018, pp. 69–71), para possivelmente atenuar o caráter temperamental (*iracundia*) do amigo, que beirava a crueldade (*crudelitas*), e transformá-la em mera austeridade (*severitas*). O trato duro com os escravos, portanto, pode ter motivado o complô contra Lamprídio.

---

<sup>4</sup> Apesar de não termos outras cartas de Sidônio endereçadas a Riotamo, o início da missiva dá a entender que ambos já mantinham uma comunicação epistolar (Giannotti, 2016, p. 196). Ademais, o envolvimento de Sidônio na guerra e sua familiaridade com Bourges (Sid. Apol. *Ep.* 7, 5; 7–9) certamente levaram-no a conhecer pessoalmente Riotamo.

É possível ver um contraste com a carta enviada ao próprio Lamprídio, datada de 476, na qual Sidônio (*Ep.* 8, 9, 3) responde negativamente ao desafio do bordalês para lhe enviar alguns versos. O aborrecimento tem motivo: embora Lamprídio levasse a vida feliz de um professor de retórica que caiu nas graças de Eurico, mantendo-se um cidadão (*cives*), Sidônio amargava a pena de ser um exilado (*exul*). O díptico tem como tema as oscilações inevitáveis da fortuna, recorrente no livro 8, e a carta a Lupo tem o claro intuito de alertá-lo disso (Zoeter, 2018, p. 27). A leveza do poema que evoca a bonança do passado, é rompida pela crueldade de um assassinato que os faz lembrar que, no presente, a felicidade pertencente a poucos favorecidos não é perene. Isso foi interpretado por alguns estudiosos (Overwien, 2009, p. 111) como um criticismo velado ao domínio gótico. Nem mesmo os favoritos do rei estariam felizes e seguros nessa nova ordem política.

Mas a maior crítica de Sidônio parece, de fato, ter sido dirigida à ânsia de Lamprídio de conhecer – e, assim, controlar – o futuro incerto através da astrologia (Zoeter, 2018, pp. 29-30). Devemos nos atentar para “aquilo que é menos triste nessa desgraça (*haec in hac caede tristia minus*)”, que para Sidônio (*Ep.* 8, 11, 11) foi a resolução rápida de um caso que tinha todos os indícios de um assassinato. Ao afirmar que “os próprios bandidos o colocaram de bruços, com o rosto do defunto virado para o chão (*ipsi latrones ad pavimentum conversa defuncti ora pronaverant*), Sidônio (*Ep.* 8, 11, 12) dá a entender que os escravos quiseram encenar o suicídio de Lamprídio, mas que “a pele azulada [e] os olhos saltados (*livida cutis, oculi protuberantes*)” eram sinais claros de uma morte violenta. Diante disso, o instigador do assassinato foi rapidamente (*protinus*) capturado, seus cúmplices foram presos e interrogados separadamente e o medo das torturas (*terror tormentorum*) fez com que confessassem o crime. Os culpados parecem ter sido executados, uma vez que Sidônio (*Ep.* 8, 11, 13) diz que “o castigo certamente sucedeu morticínio (*secuta quidem est ultio extinctum*)”. Não se pode deixar de notar um sentimento de alívio quando o próprio Sidônio (*Ep.* 8, 11, 13), já reinstaurado como bispo de Clermont sob domínio gótico, assume que “ser vingado não é remédio, mas um conforto (*non est remedium, sed solacium vindicari*)”, e que “essas coisas são mais uteis àqueles que continuarão vivos (*magis prosunt ista victuris*)”. Embora o assassinato de Lamprídio não tenha sido evitado, a resolução rápida do caso possibilitou às novas lideranças políticas demonstrarem que eles podiam fazer uso das instituições jurídicas e estavam empenhados na manutenção de uma ordem social na qual estava garantida a posição de privilégio dessas elites cujo apoio era essencial.

## Poder pessoal, mobilidade social e controle

A ausência da patronagem imperial nas Gálias fez com que essa rígida hierarquização social – defendida em certas ocasiões pelas entidades políticas em disputa – tivesse de ser mantida pelo esforço dos próprios aristocratas que dela se beneficiavam. Para os desafortunados que se encontravam na esfera de influência desses indivíduos, isso pode ter sido proveitoso. Em uma carta enviada ao proprietário vizinho Pudente, Sidônio (*Ep.* 5, 19, 1) reclama que “o filho de tua ama-de-leite fugiu<sup>5</sup> com a filha de minha ama-de-leite (*nutricis meae filiam filius tuae rapuit*)”. O problema era de incompatibilidade de estatutos sociais, pois segundo Sidônio (*Ep.* 5, 19, 2) “a moça já é livre (*mulier (...) iam libera est*)”, ao passo que o rapaz é descrito com uma série de termos jurídicos (*inquilinus originalis, tributarius, persona colonaria*) que evocam seu estatuto de arrendatário registrado nas listas de impostos, portanto vinculado à terra (*origo*) sob responsabilidade de Pudente.

Em que pese todo o complexo debate sobre o colonato tardoantigo, ou mesmo o conhecimento que Sidônio tinha desse mecanismo fiscal, ele parece considerar que havia uma relação de dependência pessoal entre o rapaz e Pudente que beirava a escravidão, pois sugere (*Ep.* 5, 19, 1) como solução que seu vizinho o libere (*solvo*), tornando-se “daí patrono ao invés de senhor (*pro domino iam patronus*)”. A única forma de fazer com que a moça não parecesse ter sido “entregue à zombaria, mas recebida em casamento (*non ludibrio addicta sed assumpta coniugio*)” seria, segundo Sidônio (*Ep.* 5, 19, 2), tornar o rapaz “rapidamente cliente ao invés de tributário (*mox cliens (...) e tributario*)”, elevando-o assim ao estatuto de plebeu (*persona plebeia*).

Ao leitor desavisado o problema parece trivial, mas a ausência de qualquer tipo de *salutatio* indica a seriedade e urgência com a qual Sidônio trata o caso. Para ele, somente a mudança de estatuto social e o subsequente casamento “corrige o ultraje (*meam (...) contumeliam emendat*)” cometido contra si. Sidônio não apela à corte imperial ou eclesiástica, o que pode indicar que ele ainda não era bispo, mas buscou resolver o problema pessoalmente, principalmente porque sua motivação parece ter sido mais pessoal. Como bem notou Cam Grey (2008), na condição de filha livre de sua ama-de-leite, certamente uma liberta, a moça era protegida de Sidônio, o que tornava o caso uma questão de honra que ameaçava a sua posição social, a proeminência de sua família e em certa medida o próprio ideal de *familia* romana que

---

<sup>5</sup> O uso do verbo *rapio* e a designação de *stuprator* que o rapaz recebe posteriormente não significam que o episódio envolveu abuso sexual. Nada no restante da carta dá a entender que houve qualquer tipo de violência. Os termos, então, aludem a relações que ocorrem fora do âmbito matrimonial e que podiam levar ao casamento forçado dos envolvidos (Grey, 2008, p. 289).

Sidônio buscava preservar. Do ponto de vista do rapaz, fugir com sua amada pode ter sido a forma mais eficaz de forçar uma situação em que Sidônio intervisse em seu favor, melhorando a condição de seu arranjo com Pudente e possibilitando seu casamento.

Em casos de maior diferença social, o final pode não ter sido tão feliz. Em uma carta a Ambrósio, datada de cerca de 480, Sidônio (*Ep.* 9, 6, 1) conta sobre um jovem aristocrata, supostamente conhecido por ambos, que estava “na convivência íntima de uma escrava desavergonhada (*contubernio ancillae propudiosissimae*)”. O bispo, claro, considera a relação como uma intimidade obscena (*consuetudo obscena*) e afirma (*Ep.* 9, 6, 2) que foi a escrava quem seduziu o jovem inocente como as sereias seduziram Ulisses, levando-o quase à ruína. Depois, ele se diz (*Ep.* 9, 6, 3) aliviado porque o rapaz tomou consciência de seu patrimônio, descendentes e reputação, rompeu a relação com a escrava e buscou casar-se com outra moça considerada bem-nascida. Embora Sidônio faça parecer que o rapaz despertou de um feitiço que lhe fora lançado pela escrava, podemos concluir pela própria linguagem da carta que o peso do julgamento moral sobre os dois amantes e a exigência do cumprimento das rígidas regras de conduta essenciais para a manutenção da hierarquia social local foram os fatores primordiais que compeliram o rapaz a abandonar sua companheira. Infelizmente, não há na carta nada que nos permita saber o destino da escrava que havia se apaixonado pelo jovem aristocrata.

A relação de dependência com o poder pessoal dos aristocratas e a necessidade deles de afirmarem localmente seu prestígio também colocou os menos afortunados sob sua arbitrariedade. O próprio Sidônio protagonizou uma situação na qual abusou de sua proeminência para infligir uma punição sumária sobre um grupo de indivíduos desfavorecidos. Ao sair a cavalo de Lyon em direção à Clermont em 469, o bispo (*Ep.* 3, 12, 1–3) avistou do alto de uma colina uma “mão sacrílega (*manus profana*)” prestes a violar o túmulo de seu avô Apolinário. Irado com a situação, Sidônio desceu a galope até os violadores e lhes infligiu uma severa punição física. Preocupado com a reação do bispo da cidade, uma vez que ele teria infringido suas atribuições, o aristocrata escreve ainda em rota seu relato e um pedido de desculpas, alegando que deveria ter levado os supostos criminosos até seu devido julgamento. O bispo, que não é nomeado, respondeu que era justa a ação de Sidônio, “afirmando que, segundo o costume antigo, lhe parecia que os culpados de tão grande desatino foram espancados justamente (*pronuntians more maiorum reos tantae temeritatis iure caesos videri*)”.

A carta com o relato foi endereçada a seu sobrinho Segundo e foi construída de forma a parecer que o espancamento dos coveiros, o envio da carta ao bispo, sua resposta favorável e a composição do poema final em homenagem a Apolinário para ser sua nova inscrição funerária tomaram o tempo de um dia, quando na verdade todos esses acontecimentos podem ter se

arrastado por alguns dias. Essa estratégia narrativa, que apresenta uma série rápida de complicações e resoluções, certamente foi pensada para manter o texto sucinto e engajar o interesse do leitor (Hanaghan, 2019, pp. 69–70). Porém, mesmo tendo certo tempo para refletir sobre o ocorrido, compor a carta e editá-la para a coletânea, Sidônio não suprimiu expressões de indignação (*pro dolor!*), nem seu julgamento pessoal sobre o grupo que perturbava o sepulcro de seu avô. Na parte em que conta sobre o espancamento, Sidônio os chama de ladrões (*latrones*), mas não fica claro que o intuito do grupo era roubar os ornamentos ou possíveis objetos preciosos da sepultura. Pelo contrário, antes o aristocrata relata que o cemitério estava tão cheio de cinzas e corpos que não havia mais espaço para novas sepulturas e que os montículos característicos dos enterramentos haviam se aplainado em virtude da neve e da chuva. Ele mesmo reconhece que “foi por isso que os coveiros ousaram violar o local com suas enxadas fúnebres como se estivesse vago (*quae fuit causa, ut locum auderent tamquam vacantem corporum baiuli rastris funebribus impiare*)”.

Por certo, ao menos desde finais do século III, danificar restos humanos foi considerado crime (Rébillard, 2009, pp. 57–70), embora haja indícios de que a prática de violar os túmulos para enterrar novos corpos em cemitérios já abarrotados, especialmente perto do sepulcro de santos, continuou a ser um problema (Bond, 2013, pp. 143–148). Sidônio sabia bem disso, pois caracteriza a ação dos coveiros como crime público (*publicum scelus*), portanto, passível de julgamento pelo bispo, que nessa época já havia se tornado a autoridade civil da cidade. Apesar de reconhecer que deveria ter conduzido os suspeitos até o devido julgamento, Sidônio elogia o bispo por ser um homem bom e justo que deu razão à sua exasperação (*vir sanctus et iustus iracundiae meae dedit gloriam*). No fim das contas, os coveiros não puderam apresentar sua defesa nem tiveram a chance de explicar qualquer mal-entendido, mas receberam a punição sumária de um indivíduo que ainda se aproveitou de sua influência e suas conexões para evitar quaisquer problemas que tamanha arbitrariedade pudesse lhe trazer.

### **Considerações finais**

Ao longo deste estudo, pudemos verificar que o cenário de enfraquecimento do poder imperial nas Gálias, a fragmentação política e o colapso do sistema legal não impactaram nem foram vivenciados da mesma forma por diferentes grupos sociais. Em termos de mobilidade, o grande cenário geopolítico não parece ter sido um fator que afetou o trânsito de indivíduos de estatuto social inferior, possibilitando a troca de missivas mesmo entre regiões dominadas por diferentes grupos, ao passo que os aristocratas estavam expostos a riscos de natureza política. Por outro lado, a insegurança decorrente das disputas pelo controle das Gálias deixou indivíduos

e grupos que não pertenciam à elite expostos a outros tipos de agressão decorrentes de sua situação de vulnerabilidade social. A quebra da unidade do sistema legal e a dificuldade na aplicabilidade das leis, por sua vez, abriram possibilidades de ação para indivíduos que eram mantidos em posição subalterna por força das instituições romanas. Contudo, o sistema jurídico ainda podia ser mobilizado pelas novas forças políticas em favor de seus protegidos contra a insubordinação. Já o exercício local de poder por parte dos aristocratas podia até beneficiar aqueles indivíduos menos afortunados em sua esfera de influência, mas suscitava um controle maior sobre as condutas sociais e acarretava mesmo abusos de autoridade, dada a necessidade dessa elite de manter as hierarquias sociais que as privilegiavam.

Quando direcionamos nosso olhar para além das estratégias aristocráticas e enxergamos as experiências subalternas e populares nas cartas de Sidônio Apolinário, percebemos que as transformações pelas quais as Gálias passaram no século V abriram novas oportunidades e possibilidades de agência para a não-elite, mas devemos também ter cuidado para não caracterizarmos o período como um tipo de primavera da emancipação dos oprimidos.

## **Agradecimentos**

Ao professor Joop van Waarden por compartilhar comigo seus valiosos comentários sobre as fontes e sobre esse estudo. Quaisquer erros que persistam, claro, são de minha inteira responsabilidade.

## **Referências**

### **Fontes primárias**

Jord. = Jordanes. *Get.* = *Getica*. **Iordanes. Getica.** Texte établi, traduit et commenté par A. Grillone. Paris: Les Belles Lettres, 2021.

Sid. Apol. = Sidonius Apollinaris. *Carm.* = *Carmina* **Sidoine Apollinaire. Tome I: Poèmes.** Texte établi et traduit par A. Loyen. Paris, Les Belles Lettres: 2002; *Ep.* = *Epistulae*. **Sidoine Apollinaire. Tome II: Correspondance. Livres I-V e Tome III: Correspondance. Livres VI-IX.** Texte établi et traduit par A. Loyen. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

### **Bibliografia crítica**

AMHERDT, D. **Sidoine Apollinaire, Le quatrième livre de la correspondance: Introduction et commentaire.** Bruxelas: Peter Lang, 2001.

BIRKS, E. M. **Britons in the Gaul of Sidonius Apollinaris.** Dissertação de mestrado. The Australian National University. 2004.

BOND S. E. Mortuary Workers, the Church, and the Funeral Trade in Late Antiquity. **Journal of Late Antiquity**, v. 6, n. 1, p. 135–151, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1353/jla.2013.0004>. Disponível em:

[https://publications.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1142&context=hist\\_fac](https://publications.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1142&context=hist_fac)

Acesso em 28 de janeiro de 2024.

COURRIER, C.; MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. Ancient History from below: an introduction. In: COURRIER, C.; MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. (orgs.). **Ancient History from Below: Subaltern Experiences and Actions in Context.** London; New York: Routledge, 2022. pp. 1–31.

DELAPLACE, C. **La fin de l'Empire romain d'Occident: Rome et les Wisigoths de 382 à 531.** Rennes: PUR, 2015.

ELTON, H. Defense in fifth-century Gaul. In: DRINKWATER, J. F. e ELTON, H. (orgs.). **Fifth-Century Gaul: A Crisis of Identity?** Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp. 167–176.

GIANNOTTI, F. **Sperare Meliora: Il terzo libro delle Epistulae di Sidonio Apollinare.** Introduzione, traduzione e commento. Pisa: ETS, 2016.

GIBSON, R. Pliny and the letters of Sidonius: from Constantius and Clarus to Firminus and Fuscus. **Arethusa**, v. 46, n. 2, pp. 333–355, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26322504>. Acessado em 5 de janeiro de 2024.

GREY, C. Two Young Lovers: An Abduction Marriage and Its Consequences in Fifth-Century Gaul. **The Classical Quarterly**, v. 58, n. 1, pp. 286–302, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0009838808000232>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27564141>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

HALSALL, G. The Barbarian Invasions. in: Fouracre, P. (ed.) **The New Cambridge Medieval History**, vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 35–55.

HANAGHAN, M. P. **Reading Sidonius' Epistolae.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HAROCHE-BOUZINAC, G. **Escritas Epistolares.** São Paulo: Edusp, 2016.

HARRIES, J. D. **Sidonius Apollinaris and the fall of Rome, AD 407–485**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MACGEORGE, P. **Late Roman Warlords**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MATHISEN, R. W. Dating the Letters of Sidonius. In: VAN WAARDEN, J. e KELLY, G. (orgs.) **New Approaches to Sidonius Apollinaris**. Paris: Peeters, 2013. pp. 221–248.

MATHISEN, R. W. Epistolography, Literary Circles, and Family Ties in Late Roman Gaul. **Transactions of the American Philological Association**, v. 111, pp. 95–109, 1981.

MATHISEN, R. W. **Roman Aristocrats in Barbarian Gaul: Strategies for Survival in an Age of Transition**. Austin: Texas University Press, 1993.

MATHISEN, R. W. Sidonius' People. In: KELLY, G. e VAN WAARDEN, J. (orgs.) **Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020. p. 29–154.

MRATSCHEK, S. The Letter Collection of Sidonius Apollinaris. In: SOGNO, C. STORIN, B. K. e WATTS, E. J. (orgs.) **Late Antique Letter Collections: A Critical Introduction and Reference Guide**. Oakland: University of California Press, 2017. pp. 309–336.

OVERWIEN, O. Kampf um Gallien: Die Briefe des Sidonius Apollinaris zwischen Literatur und Politik. **Hermes** v. 137, n.1, pp. 93–117, 2009. DOI: <https://doi.org/10.25162/hermes-2009-0006>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40379082>. Acesso em: 04 de janeiro de 2024

REBILLARD, É. **The Care of the Dead in Late Antiquity**. Londres: Cornell University Press, 2009.

SAMSON, R. Slavery, the Roman legacy. In: DRINKWATER, J. F. e ELTON, H. (orgs.). **Fifth-Century Gaul: A Crisis of Identity?** Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp. 218–227.

SUNDWALL, J. **Weströmische Studien**. Berlin: Mayer & Müller, 1915.

VAN WAARDEN, J. Sidonius' Biography in Photo Negative. In: KELLY, G. e VAN WAARDEN, J. (orgs.) **Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020. pp. 13–28.

WIJNENDAELE, J. Generalissimos and Warlords in the Late Roman West. In: ÑACO DEL HOYO, T. e SÁNCHEZ, F. (orgs.) **War, Warlords and Interstate Relations in the Ancient Mediterranean**. Leiden: Brill, 2017. pp. 429–451.

WOOD, I. The Making of “the Burgundian kingdom”. **Reti Medievali Rivista**, v. 22, n. 2, pp. 111–140, 2021. DOI: <https://doi.org/10.6093/1593-2214/7721>. Disponível em:

<http://www.serena.unina.it/index.php/rm/article/view/7721/9001>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

ZOETER, M. **Reading the Future, Writing the Present**. A literary and interpretive commentary on Sidonius Apollinaris Letter 8.11. Dissertação de mestrado. Radboud University. 2018.